

A QUEM COMPETE DIRIMIR A QUESTÃO SOBRE QUAIS
OS ÓRGÃOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DEVEM OFICIAR
EM DETERMINADO PROCESSO?

HUGO NIGRO MAZZILLI
Promotor de Justiça — SP

1.ª CORRENTE — Trata-se de questão processual, que diz respeito com a legitimidade para a causa e para o processo, e como tal deve ser decidida pelo juiz.

DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA — Para Ada Pellegrini Grinover, a questão sobre quem representa o Ministério Público em determinado processo é questão de pressuposto processual, subordinando-se ao controle judicial ("Justitia", vol. 125, pág. 64).

— "Não se trata de questão **interna corporis** a ser resolvida pela Procuradoria Geral de Justiça, mas irresignação contra ato praticado pelo juiz do feito e que determinou fosse dada oportunidade à d. Curadoria de Ausentes e Incapazes para se manifestar. Mas o que pretende o agravante é deixar de se manifestar, o que poderá fazê-lo, pois ao magistrado cumpre dar conhecimento ao agravante e não obrigá-lo a se manifestar." (AI. n. 199.369-8 — SP, 7.ª Câ. 2.ª TACSP, m.v., rel. Boris Kauffmann.)

COMENTÁRIOS — Serão feitos conjuntamente com a matéria da corrente contrária, a seguir.

2.ª CORRENTE — Trata-se de questão **interna corporis**, que deve ser decidida pela Procuradoria Geral de Justiça.

DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA — "O juiz ou o tribunal não são senhores de fixar a conveniência ou a intensidade e profundidade da atuação do Ministério Público. Este é que a mede e desenvolve. A não ser assim, transformar-se-ia o Ministério Público, de fiscal do juiz na aplicação da lei, em fiscalizado dele no que tange à sua própria intervenção fiscalizadora" (Moniz de Aragão, "Comentários ao Código de Processo Civil", vol. II, pág. 364, n. 363, ed. Forense, 1979.)

— "Lembrando a distinção dos Poderes do Estado, não poderia o juiz (Poder Judiciário) se envolver nas discussões entre dois membros do Ministério Público (Poder Executivo), visando a dirimir dúvidas quanto à oportunidade e extensão da

atuação de cada um deles, no caso concreto." (A.I. n. 187.709/2 — SP, 4.ª Câmara. 2.º TACSP, j. 8-4-86, rel. Ferreira Conti.)

— “A questão sobre as atribuições das respectivas Curadorias — de Acidentes e de Incapazes — respeita ao órgão superior da instituição e deve, através da respectiva representação, ser a ele dirigida. Daí porque, em suma, conhece-se do recurso para, apreciando-o em parte, declarar tão-somente a imprescindibilidade da intervenção do competente órgão do Ministério Público nos feitos acidentários onde haja interesse de incapaz.” (A.I. n. 190.197/6 — SP, 5.ª Câmara 2.º TACSP, v.u., j. 7-10-86, rel. Teixeira Mendes.)

— No mesmo sentido, os pareceres dos Procuradores de Justiça Doutores Disney Francisco Scornaienchi (A.I. n. 187.709/2), Elmo Eduardo Moreira de Freitas (A.I. n. 190.197 — SP), José Laury Miskulin (A.I. n. 199.369/8 — SP), Nair Ciocchetti de Souza (A.I. ns. 192.321/6 e 199.886/3).

COMENTARIOS — Na verdade, a intervenção ministerial está sempre relacionada com o zelo do interesse público; destarte, a necessidade de dita intervenção invariavelmente se condiciona a um juízo de avaliação do próprio órgão do Ministério Público, que é o tutor natural da defesa desse interesse em juízo (cf. Antônio Celso de Camargo Ferraz, “Reuniões de Estudos de Direito Processual Civil”, PGJ/APMP, 1974; Hugo Nigro Mazzilli, “Curadoria de Ausentes e Incapazes”, ed. APMP, 1988). Afinal, não havendo nenhuma subordinação ou dependência do Ministério Público ao Poder Judiciário, não teria sentido que a este último coubesse avaliar a existência ou a intensidade do interesse cujo zelo e defesa a lei cometeu ao primeiro.